

Novos índices deverão surgir, diz economista

*Afonso Celso Pastore diz
que novas formas de
correção terão os mesmos
efeitos das antigas*

O ex-presidente do Banco Central Afonso Celso Pastore disse ontem, em *Brasília*, que a desindexação da economia, proposta pelo governo "é uma mistificação da discussão econômica". Em *São Paulo*, o economista Celso Luiz Martone disse que "debater desindexação é quase como discutir o sexo dos anjos". Para Pastore, "as novas formas produzirão os mesmos efeitos, o desejo das pessoas de se proteger contra a inflação não pode ser eliminado por lei".

Pastore disse que o governo deveria apenas liberar os agentes econômicos para fazerem "os seus arranjos contratuais bilaterais", da forma que considerarem mais adequada. "Enquanto não se conseguir a estabilização plena e o BC não parar de definir o valor real dos contratos, as empresas buscarão proteção contra a inflação", afirmou. "A demanda por indexação é natural."

As declarações de Pastore foram feitas no segundo dia do seminário sobre o primeiro ano do Plano Real, na Comissão de Economia, Finanças e Tributação da Câmara. Ele foi apoiado pelo deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), que qualificou de "lamentável confusão" a proposta do governo. "Se o governo não consegue lançar títulos no mercado com prazos de 12 meses, como quer obrigar o setor privado a trabalhar com esse prazo?", questionou Ponte. "Quem nasceu primeiro foi a inflação e não a indexação."

Tornando amarga a sobremesa de uma centena de executivos reunidos no almoço mensal do Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros (IBEF), Martone alertou que as medidas de desaceleração da economia são necessárias para consertar "os desequilíbrios acumulados em um ano de real".

Ele argumenta que a discussão sobre desindexação é "irrelevante" nesse momento porque os problemas verdadeiros do real são outros: taxa de câmbio, juros altos e necessidade urgente de uma nova política fiscal. "A discussão da desindexação me soa como cortina de fumaça para esconder as dificuldades reais do plano", disse. Para ele, o governo não deveria alterar as regras de correção salarial.